

Arquiteta renega parecer

Filha do urbanista Lúcio Costa se arrepende de ter apoiado proposta de fechamento das superquadras

ÂNGELA OLIVEIRA
Especial para o JBr

“Estou arrependida de ter apresentado parecer favorável ao projeto que prevê o controle do acesso das pessoas às superquadras do Plano Piloto”. O desabafo é da arquiteta Maria Elisa Costa, filha do urbanista Lúcio Costa, responsável pelo traçado urbanístico de Brasília.

Ela é membro da comissão especial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e disse ter se sensibilizado, na época, pela idéia de segurança embutida na proposta do deputado José Edmar (PMDB), que agora é lei, depois que o veto do governador Cristovam Buarque foi derrubado pela Câmara. “Se o parecer fosse emitido hoje, eu seria mais radical e não abria caminho para a limitação do espaço público, o que contraria a concepção da criação da cidade”, afirma.

Maria Elisa mora no Rio de Janeiro, mas passa grande parte do ano em Brasília. “Se eu fosse moradora, seria contra a adoção de medidas que cerceiam a liberdade de ir e vir. Detesto polícia privada, a segurança deve ser feita pelo Estado, que tem meios mais seguros para supervisionar os serviços prestados”.

Tolerante — A arquiteta ressalta que a proposta inicial do deputado previa a transformação das quadras em condomínios fechados. “Sempre fui radicalmente contra essa idéia. Mas admito que ainda fui tolerante ao concordar com o controle do acesso nas superquadras”.

Ela disse que a violência vivenciada no Rio interferiu na sua decisão. Mas

eu acredito que quanto menor o controle, mais segurança há. A concepção de colocar pilotis abertos nos edifícios já contribui com a segurança. Bandido gosta de cantos para se esconder e os espaços abertos dificultam a ação de criminosos.”

O consolo de Maria Elisa é que ela acredita na rejeição à lei por parte da população. “Tenho certeza que os moradores do Plano Piloto têm consciência

“Tenho certeza que os moradores do Plano Piloto têm consciência de que a lei não vai contribuir com a qualidade de vida”

Maria Elisa Costa

de que a lei não irá contribuir com a qualidade de vida, ao contrário, fere a liberdade de ir e vir. Vou ficar muito feliz se o GDF entrar na Justiça com uma ação de inconstitucionalidade”.

Ação — De acordo com o procurador-geral do DF, Marcello Alencar, o governo só está aguardando a publicação da lei para entrar com recurso no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele afirma que a lei é discriminatória. “Não podemos permitir que Brasília se transforme em guetos. A circulação entre as

quadras e até entre os prédios é uma rotina na cidade. O controle do acesso poderá valer apenas para os humildes, enquanto os engravatados circularão livremente, sem ser vistoriados”.

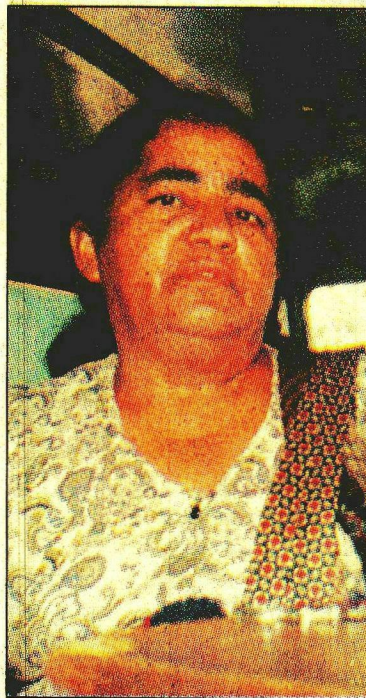
Segundo Alencar, a lei contraria também os artigos 15 e 52 da Lei Orgânica do DF, que afirma ser de responsabilidade do Poder Executivo a administração do bem público. “Nem o espaço entre os pilotis dos prédios pertence aos moradores, é público”.

Prejuízos — Para o prefeito da 312 Norte, Jorge Caddah, a lei trará mais prejuízos do que benefícios. Segundo ele, os condomínios formados não terão poder para cobrar taxas públicas dos moradores. Caddah afirma que a adoção de normas relacionadas à cobrança de taxa pública ou segurança só poderá ser efetivada com a autorização do Estado.

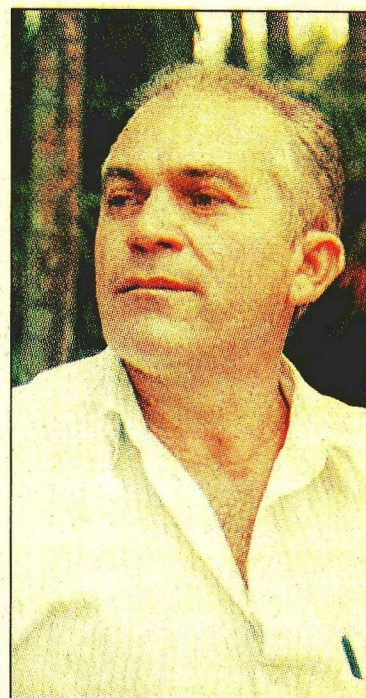
De acordo com Caddah, os moradores também não são obrigados a repassar para as prefeituras o valor do desconto concedido no pagamento de taxas públicas, como prevê a lei.

O presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul, Ricardo Pires, vê vantagens e desvantagens no projeto. Ele considera positivos os artigos que buscam reforçar e institucionalizar as prefeituras, mas não concorda com o controle na entrada das quadras. “Além de inconstitucional, a medida, quando aplicada em horário de rush, certamente provocaria grandes engarrafamentos”, afirma. Ele está convocando para a próxima semana, provavelmente quinta-feira, uma assembléia com todos os prefeitos de quadra, síndicos, moradores e parlamentares. A idéia é tirar uma posição comum da comunidade para apresentar às autoridades.

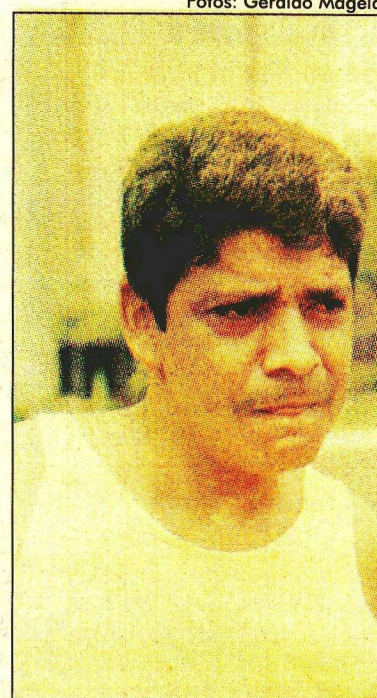
OPINIÃO NAS RUAS



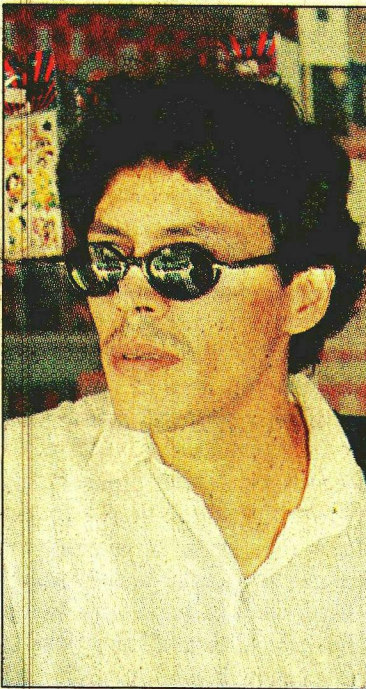
Germina Barbosa, costureira na 103 Sul — “Eu moro em Águas Lindas, vou e volto todos os dias e acho que a lei vai prejudicar o meu trabalho, já que o acesso à quadra será dificultado”.



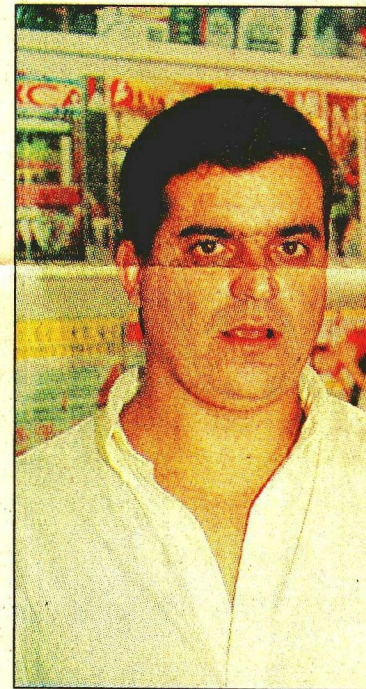
Geraldo Souza, biscateiro na 304 Sul — “Trabalho aqui há mais de 20 anos. Não acredito que a lei vá interferir no que eu faço. Se a entrada das quadras passar a ser controlada, acho que não terei problemas, já que conheço os moradores”.



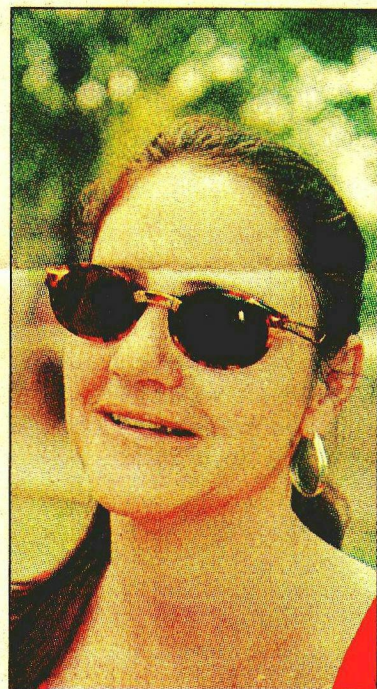
Walmir Vieira, bancário — “Sou a favor de maior segurança na quadra, mas sou contra as mudanças na cobrança das taxas públicas. Acho que deve ficar como está”.



Benedito Pereira, técnico em informática — “Brasília é uma cidade muito tranqüila, não precisa da adoção de medidas de controle nas quadras. Fica até difícil fazer esse controle, já que o acesso pode ser feito por vários pontos”.



Antônio Carlos Freitas, proprietário de banca de jornal — “Com certeza, a lei vai me prejudicar. O acesso à banca é livre. Não só os moradores da quadra frequentam, mas várias pessoas que passam por aqui”.



Irone Israel, professora — “Eu trabalho na 404 Norte. Entro e saio da quadra livremente. Com a adoção da lei, passarei a ser controlada. Sou contra, porque acho que fere o direito de ir e vir”.

Fotos: Geraldo Magela